

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.861 - MG (2019/0234298-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **PARANASA ENGENHARIA E COMERCIO S/A**
AGRAVANTE : **MAIO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES S/A**
ADVOGADOS : **RAUL DE ARAÚJO FILHO - MG005915**
 JULIANA SAFAR TEIXEIRA CASTANHEIRA - MG083027
 HÉLIO RENATO MARINI MINODA - MG083094
 CAROLINA PARISI CASTANHEIRA - MG123954
AGRAVADO : **PROTASIO PENNA VIANNA DE PAULA**
AGRAVADO : **DENISE PENNA VIANNA DE PAULA**
ADVOGADOS : **EDUARDO GREBLER - MG017533**
 RAFAEL MOURA CORDEIRO DA SILVA - MG132077
 MARIANA SOUZA ASSIS - MG168487

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS CUMULADA COM PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL OU DE SÚMULA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 11 e 489 DO CPC. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de indenização por danos materiais cumulada com pedido de compensação por danos morais.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
4. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 11 e 489 do CPC.
5. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
6. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
7. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PARANASA ENGENHARIA E COMERCIO S/A e MAIO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES S/A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 24/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 23/09/2019.

Ação: indenização por danos materiais cumulada com pedido de compensação por danos morais ajuizada por PROTASIO PENNA VIANNA DE PAULA e DENISE PENNA VIANNA DE PAULA em face das agravantes, em razão de descumprimento contratual.

Nesse contexto, relatam que firmaram contrato de compra e venda de dois imóveis com a parte adversa. Afirmam que, um ano e meio após o pagamento dos bens, foi feito o registro da incorporação imobiliária. Declaram, ainda, que diversas outras irregularidades foram verificadas, ocasionando danos materiais e morais.

Sentença: acatou a preliminar de incompetência absoluta e extinguiu o processo, nos termos do art. 485, II, do CPC.

Condenou a parte agravada ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários, que fixou em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Acórdão: acolheu a preliminar de nulidade da sentença, determinando a remessa dos autos para a instância de origem, para fins de ser proferida nova decisão, conforme a seguinte ementa:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RESCISÃO CONTRATUAL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO INJUSTIFICADO NO ENTREGA DO BEM. COMPROMISSO ARBITRAL AFASTADO. PRECLUSÃO. DECISÃO ANULADA. A preclusão se caracteriza como a perda da faculdade de praticar o ato processual por inércia da parte que deixa de impugnar, a tempo e modo, o ato que se busca reformar, ou quando a matéria, objeto de impugnação, representar medida já apreciada e analisada pelo julgador, sendo-lhe defeso reexaminar questões já decididas no processo. Se a

Superior Tribunal de Justiça

questão acerca da competência para o processamento e julgamento da lide já restou decidi danos autos, trata-se de matéria exaurida sobre a qual incidiu a preclusão *pro iudicato*.

Embargos de Declaração: opostos pelas agravantes, foram rejeitados.

Recurso especial: alegam violação dos arts. 11, 485, 489 e 1.022 do CPC/15, 93, IX, da CF/88, 4º, 8º e 20 da Lei de Arbitragem. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustentam que: a) "a cláusula compromissória constante dos contratos celebrados entre a Recorrente Maio e Recorridos não foi jamais invalidada, inexistindo decisão judicial neste sentido"; b) "não pode a justiça estadual declarar, antes do Árbitro, a validade ou invalidade de cláusula arbitral constante de contratos"; e c) "havendo cláusula arbitral no Contrato, cuja invalidade não foi jamais decretada no âmbito desta demanda - ao contrário, a validade da cláusula foi efetivamente apontada pelo juiz de primeiro grau - isso torna absolutamente incompetente a justiça comum para conhecer e processar a ação proposta, evidenciando-se a necessidade de que esta ação seja extinta, sem resolução de mérito".

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa

ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca de cláusula arbitral e competência para o julgamento da lide, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da violação dos arts. 11 e 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 11 e 489 do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 8º e 20 da Lei de Arbitragem, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise dos documentos acostados aos autos, em especial, aos contratos, quanto

Superior Tribunal de Justiça

à preclusão, a respeito das condutas das partes, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora